



ATA SEI



SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comdema, faz saber: O Comdema constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto nº 21.408, de 14 de outubro de 2013](#)), e conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comdema, realizada em 04/09/2019.

No quarto dia do mês de setembro do ano dois mil e dezenove, às dez horas, reuniu-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente, na Sala de Reuniões Wetzels, da Acij, na Av. Aluísio Pires Condeixa, nº 2.550 – Bairro Saguacú, Joinville, Santa Catarina. **Estiveram Presentes** os Conselheiros ([Decreto nº 33.699, de 06 de março de 2019](#)), **mandato 2019-2021**: José Augusto de Souza Neto, da Rotary; Carlos Alberto Noronha do Amaral, da SAMA.UDR; Edilaine Pacheco Pasquali, da SMS; Régis Antonio Konzen Heitling, da Seinfra; Rafael Ribeiro, da SAP; Cristina Jandrey Silva, da ALOJ; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Schirlene Chegatti, da ACIJ; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; Osmar Leon Silivi Júnior, da SEHAB; Lesani Zerwes Becker, da SED; Francisco Ricardo Klein, da CEAJ; Vitor Hugo da Silva, da PMA; Felipe Hardt, da SAMA; Pedro Alacon, da CAJ; Francisco Maurício Jauregui Paz, do SINDUSCON; Elaine Cristine Scheunemann Fischer, da CCJ; Jose Mário Gomes Ribeiro, da CCJ; Fernando de Carvalho, AEA Babbitonga; Rafael Bendo Paulino, da SEPUD; Anderson Florenço, da OAB/SC; Victor Rigo, do 62º BI; Maria Raquel Migliorini de Mattos, da ISARP. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cuja lista deverá ser anexada a esta ata, juntamente com a lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Gustavo Gohr, morador São Marcos; André Luis Matiuzi, da SAMA; Anton Giese Anacleto, da SAMA; Thallan Rocha, da SAMA; Ana Carolina Paterno, da SAMA; Sahmara Liz Botemberger, da SAMA; Caio Pires do Amaral, da SAMA; Mariane Schappo, da ST Advogados; Gabriel Klein Wolfart, do SINDIPEDRAS/SC; Raul Bosse Júnior, da SEHAB; Bruna Rodrigues, da SEHAB; Evânia Melo, da AJORPEME; Ademir Sgrott, da AJM; Rafael Lanza, da SAMA; Jucelito Lopes, da PMA; Osmari Fritz, da SAMA; Severino Tavares, da ASSECREJO; Luiz Gomes, da Rotary; Cristiane Klug Gonçalves, Oslo Consultoria; Carolina Gonçalves Mota, Martinelli Advogados; Rodrigo José, da SAMA; San Carlos de Oliveira, da Ambiente; Guilherme Trojan, da CPRM; Emilia Nicolodi, da SAMA.UGA; Giampaolo Marchesini, da SAMA.UGA; Fabio Kuhnen, da SAMA.UDR; Reginaldo da Roza, Assessor Parlamentar, conforme Lista de Presença Anexa (4576143). A reunião teve como pauta: 1) Aprovação da Ata da Reunião Ordinária realizada em 07/08/2019; 2) Fluxo de

Julgamentos, por Sahmara Liz Botemberger, SAMA.AAJ; 3) Apresentação da LOA 2020, por Rafael Lanza, SAMA.NAD; 4) Mapeamento Geológico e Hidrogeológico, por SAMA.UGA; 5) Solicitação Análise Memorando CONSEMA, por ALOJ; 6) Sugestões Pauta e Palavra Livre. Iniciando os trabalhos o Presidente do Comdema, Caio Pires do Amaral, deu boas vindas e cumprimentou a todos. **Item 1** da pauta, o Presidente do Comdema coloca em aprovação a Ata da Reunião Ordinária do Comdema realizada em 07/08/2019, a qual não havendo qualquer ressalva, foi aprovada por unanimidade de votos do Conselho. Dando início ao **Item 2**, apresentação do Fluxo de Julgamentos, por Sahmara Liz Botemberger, conforme anexo SEI (4563175). O Presidente do Conselho agradece e abre espaço para as considerações dos Conselheiros. Francisco Maurício Jauregui Paz, do SINDUSCON parabeniza Sahmara e destaca que foi uma boa ideia realizar duas Câmaras Recursais antes da reunião do COMDEMA e sugere que para os processos seguintes tenham uma apresentação detalhada das informações quando entregues aos Conselheiros e dessa forma tornando-os mais céleres. Pedro Alacon, da CAJ com a palavra explica que a realização das Câmaras Recursais antes da reunião do COMDEMA só ocorreu, pois não dia não haveria o encontro da Câmara Técnica já que esse horário das 08h30m às 10h00 é utilizado exclusivamente para isso, mas nada impediria de usar esse período, se os grupos chegarem em comum acordo. Para o Conselheiro a proposta apresentada pela Sahmara é muito boa, ele acredita que possam existir conflitos de agenda entre os Conselheiros, mas não impediria de acontecer as Câmaras Recursais, em suas palavras o que impediria o andamento das Câmaras Recursais seria a falta de comprometimento das pessoas que a compõe, pois como destacado, vários encontros não aconteceram pelos motivos de não haver quórum ou pela falta de processos para julgar. Pedro cita quando houve a criação da 1ª Câmara Recursal o julgamento de processos ocorreu "a todo vapor" que foram aproximadamente 20 processos em apenas um encontro e na realização da 1ª CR no dia de hoje, foram 10 processos julgados tendo um deles uma sustentação oral. Finalizando sua fala o número de 3 (três) processos por mês é bem tranquilo para se trabalhar. Sahmara coloca que a proposta não está fechada e que os números de processos podem ser negociados com os Conselheiros, porém com uma melhora nos pareceres como sugerido por Jauregui, 3 (três) processos por mês é um número tranquilo para cada Conselheiro julgar nas câmaras, assim criando uma regularidade nos julgamentos. Felipe Hardt, da SAMA relembra os Conselheiros que em reunião passada foi colocado que a Secretaria Executiva junto com o Apoio Jurídico entraria nesse assunto para ver como iriam evoluir no julgamento dos processos, sendo esse o primeiro esboço dos números que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente levantou e apresentou uma proposta que como podem desenvolver melhor esse conceito. Continuando sua fala, essa proposta está aberta a sugestões, caso algum Conselheiro queira propor algo, pode trazer em uma próxima reunião do COMDEMA para que seja possível elaborar uma proposta melhor com o objetivo de alcançar uma efetividade maior nos julgamentos em segunda instância. Anderson Florenço, da OAB coloca que para acelerar e facilitar para o julgador, os processos de matérias semelhantes sejam encaminhados para a mesma Câmara Recursal e além disso, melhorar o parecer entregue pela Secretaria de certo modo que agilize o Conselheiro na hora de montar o seu relatório. Sahmara concorda e diz que as propostas são de melhorar o parecer e separar os processos por temas na hora de distribuí-los e por fim apresentar os números sempre que possível dentro das reuniões do COMDEMA para que os Conselheiro tenham ciência das demandas e a quantidade de processos julgados. O ouvinte Gabriel Klein Wolfart, do SINDIPEDRAS/SC sugere que seja dado um desconto nas multas para os infratores, caso eles decidam não recorrer a segunda instância e também pede que seja divulgado as pautas dos processos que serão julgados em cada Câmara Recursal para que representantes de empresas possam acompanhar seus processos. A ouvinte Carolina Gonçalves Mota, da Martinelli Advogados, também sugere que sejam divulgados os temas dos processos que serão julgados, que na qualificação de advogado, gostaria de acompanhar os processos para que possa orientar seus clientes em casos semelhantes. Marta Beatriz Maccarini, do IMA cita a Portaria Conjunta CPMA/IMA Nº 143 DE 06/06/2019 para servir de base para os critérios de julgamentos dos recursos interpostos ao COMDEMA. Marta também evidencia que os equipamentos de som utilizados no COMDEMA estão com muito chiado e má qualidade. Carlos Alberto Noronha do Amaral, da SAMA.UDR diz que existem diversas entidades que não fazem parte das Câmaras Recursais, logo poderia ser criado mais um Câmara para atender essa demanda de recursos feitos. Finalizadas as considerações, o Presidente coloca que a Secretaria tomou nota de todas as colaborações feitas na reunião e se os Conselheiros assim preferirem, podem encaminhar um e-mail para a Secretaria com novas sugestões. Continuando, Anton Giese Anacleto, da SAMA faz a leitura do Parecer entregue da Procuradoria-Geral do Municipal, conforme anexo SEI (4563192). Vitor Hugo da Silva, da PMA em suas considerações coloca que a Retroatividade da Lei já um entendimento pacífico da entidade e que a Portaria, citada pela Marta, facilitou os julgamentos de processos em primeira instância e diminuiu o número de recursos ao CONSEMA, portanto registra que as informações apresentadas por outro representante da Polícia Militar Ambiental na reunião anterior

estavam equivocadas, também complementa que esta Portaria pode servir de base sim, porém apenas para procedimentos em primeiro grau. Outro ponto colocado pelo Conselheiro era o uso de Súmulas dentro do CONSEMA, afirmando que isso resulta em agilidade no julgamento de processos. Pedro Alacon menciona que na 1ª Câmara Recursal já possuem e fazem um uso de um entendimento sumulado quanto essa matéria e lembrou que apesar da lei retroagir não exime a obrigação do atuado em reparar o dano ambiental causado. **Item 3**, Apresentação da LOA 2020, por Rafael Lanza, SAMA.NAD conforme anexo SEI (4563204). Após a apresentação, o Presidente toma a palavra e esclarece aos Conselheiros das ações da Secretaria na elaboração da LOA e também trouxe uma explicação didática de como os Conselheiros podem estar fiscalizando as ações através do Portal da Transparência, no site da Prefeitura de Joinville. Samir Alexandre Rocha questiona a ausência da fonte 200, da captação de recursos federais. O Presidente do Conselho responde que esse convênio não pode integrar na captação de recursos do FMMA. Marta acredita ser importante aprovar anualmente os planejamentos e questiona se as ações previstas no orçamento aprovado ano passado foram concretizadas no atual exercício. Fernando de Carvalho questiona os valores referentes a arborização pública comparados ao bem estar animal e também sobre a manutenção de parques, se as praças públicas estão incluídas nesses valores. Além disso relembra o Conselheiro que no ano de 1997 foi criado com Conselho do programa SOS Nascentes, questiona se esse conselho ainda existe e, caso positivo, se ele abrange a limpeza das fossa filtro da área rural. Completando sua fala, deixa a pergunta se todos esses pontos, estão presentes neste orçamento. O Presidente explica que a diferenciação dos valores entre arborização e bem estar animal está de acordo com os valores previstos nos contratos firmados, os quais os orçamentos foram apresentados anteriormente. Schirlene questiona se a manutenção do cemitério é auto-sustentável, que em seu ponto de vista, parece ser inconsistente, mesmo que previsto a reserva do fundo para tal. Demonstrando sua preocupação pergunta também se o cemitério gera alguma receita além dos contratos pré-estabelecidos. Em contrapartida compreende que, conforme demonstrado na LOA, a reserva de fundos para construção das capelas mortuárias e tudo o que envolve a infraestrutura do cemitério são necessárias para impedir a contaminação do solo. Jauregui expõe suas dúvidas quanto a LOA de 2019, anotando que foram disponibilizados um determinado valor, mas o que foi empenhado está bem abaixo do previsto ou está zerado. Outro ponto é referente aos valores reservados para a gestão administrativa, que consome cerca de 25% do recursos totais, quando o ideal seria de 8%, conforme a sua opinião. Para o Conselheiro Francisco Klein os valores reservados para a construção da Capela Mortuária em 2020 deixa a situação confortável, comparado com a LOA de 2019. Por outro lado, demonstra as preocupações quanto aos valores reservados para a gestão administrativa assim como o Conselheiro Jauregui. O Presidente explica que a diferenciação dos valores entre os anos de 2019 e 2020, os que possuem redução foi por causa que a execução foi abaixo, porém os valores já estão de acordo com o previsto para o ano de 2020, com base nos contratos já pré-estabelecidos. Quanto a Capela Mortuária, o Presidente explica que o valor reservado é o previsto para o planejamento, construção e execução do projeto. E completa que para o Tribunal de Contas não estipula valores reservados, a fiscalização é quanto aos contratos firmados, os pagamentos realizados, sendo realizado diariamente. Cristina Jandrey Silva se diz assustada que aproximadamente 50% da receita está sendo alocada para a manutenção da SAMA e para o Bem Estar Animal e complementa que se é do restante do valor é destinado para as ações referentes ao Plano de Manejo, criação dos Pontos de Entrega Voluntária (PEV), criação de um centro de reciclagem público, ou seja ações voltadas ao meio ambiente, sendo outras ações há alguma outra fonte de recurso. Maria Raquel Migliorini de Mattos acredita ser de suma importância da capacitação dos fiscais, para que quando forem realizar as atuações, saibam como proceder, além de possuir os equipamentos necessários para efetuarem os seus trabalhos, como por exemplo, os veículos serem identificados com o adesivo da "Fiscalização". O Presidente responde que as ações ambientais como a execução dos Planos de Manejos já estão previstas na LOA. Quanto aos equipamentos, os fiscais receberam todo o amparo necessário, como por exemplo os veículos, em menos de um ano, estão utilizando todos uma frota de veículos novas e eles estão circulando hoje com o adesivo da Ouvidoria da PMJ e não mais como Fiscalização, sendo uma padronização da própria prefeitura. Jauregui volta a mencionar sobre os valores reservados a gestão administrativa, mas compreende que não é algo fácil de realizar de um ano para o outro e que talvez dentro de uns 5 anos seja possível alcançar os números desejáveis. Colocado para votação por maioria dos votos, tendo uma abstenção e uma negativa. **Item 4**, Apresentação do Mapeamento Geológico e Hidrogeológico, por SAMA.UGA, conforme anexo SEI (4563243). Finalizado é aberto aos Conselheiros para eventuais questionamentos. Com a palavra a Conselheira Schirlene Chegatti sugere uma melhor divulgação, para os pesquisadores não encontrem as "portas fechadas" durante suas visitas. Outro ponto citado é quanto aos resultados obtidos, se eles serão associadas e atualizaram a base de dados de outras entidades que também realizam a coleta de informações. Emilia Nicolodi coloca que estão buscando formas de melhorar a comunicação com as

empresas. Guilherme Trojan respondendo a pergunta de Schirlene, que possuem uma base de dados nacional, mas também estão cadastrando novos dados locais para melhorar o banco de dados. José Mario diz que quando foi consultado pela equipe, orientou eles que existe um levantamento hidrogeológico feito pelo estado de Santa Catarina e que eles poderiam buscar esses dados para ajuda-los. Pedro Alacon relembra os Conselheiros que a alguns anos atrás na região industrial foi detectado em alguns poços mais antigas a constatação de cunha salina durante a exploração de outros poços. Sendo que em grande maioria, esses poços são "irregulares ou sem autorização completa". Com isso vem o questionamento, se existe um Plano B que é a da obrigação de abrir as portas para a fiscalização, pois existem lugares que aceitam a verificação, quanto a há outros que de jeito maneira permitem a visita dos fiscais. O Presidente diz que a equipe da CPRM vai a campo com uma carta de apresenta da SAMA Institucional, logo já existe uma comunicação Institucional, porém é algo que podemos estar verificando como melhorar, sendo possível comunicar as empresas dias antes da visita, enviando essa mesma carta de apresentação para facilitar o acesso e atendimento dos representantes da CPRM. Mas segundo o Presidente se caso existir a necessidade expressa da coleta em uma determinada região e ela for negada por parte dos responsáveis pelo local, será acionado a fiscalização que tomará as ações necessárias para que esse trabalho seja realizado. Finalizando sua fala, coloca que nesse primeiro momento, será efetuado uma abordagem mais orientativa. Rafael Ribeiro Sugere que Guilherme apresente a CPRM, que no caso é uma empresa pública de notório saber e desenvolvedora de projetos dessa natureza, sendo referência no Brasil, quiza no Mundo e pede que informe aos demais Conselheiros quais projetos já foram realizados pela entidade. O Conselheiro ainda relata que são feitos dois mapas, um deles contemplando o município em sua totalidade e outro mais preciso mapeando somente a área urbanizada. E pede que durante a apresentação da CPRM é bom esclarecer que ela não é uma empresa fiscalizadora mas sim uma empresa desenvolvedora de estudos e pesquisa. Rafael Bendo Paulino cita que o melhor mapeamento geológico que a cidade possui oficialmente é na escala de 1:250.000 e ainda uma professora da Univille possui outro mapeamento na escala 1:50.000. Ele ainda afirma que em breve vai possuir um de 1:10.000 sendo ele oito vezes melhor e o Hidrogeológico existente é um de 1:500.000, usado no estado de Santa Catarina inteiro o qual terá uma melhora de dezesseis vezes passando para a escala de 1:50.000. Continuando Rafael explica que essas pesquisas serão base para no futuro no desenvolvimento de novos projetos como por exemplo o Plano Diretor de Mineração, o Mapa de Fragilidade Ambiental e o Plano de Gestão de Riscos Geológicos. Edilaine Pacheco Pasquali relata uma denuncia que haveriam pessoas usando carros de terceiros para entrar nas residencias e fiscalizar sobre o esgoto. Sugere que usem a SECOM para informar as pessoas sobre as atividades da CPRM, além de compartilhar a cartilha através das redes sociais e também contar com o apoio da ACIJ e AJORPEME para estreitar a comunicação com as empresas e informando as visitas. Beto Amaral parabeniza Guilherme pela apresentação e demonstra uma preocupação quanto as pequisas na Área Rural, pois os residentes da região possuem certo receio, que se caso forem coletar os dados, possam posteriormente emitir alguma cobrança, com isso pede que tenham uma abordagem diferenciada com os moradores dessas regiões. Jauregui sugere que as associações como a ACIJ, SINDUSCON e as mineradoras, solicite as empresas que a compõe essas entidades, as que possuem estudos semelhantes liberem dados prévios, isso facilitaria as ações do CPRM. O Conselheiro Francisco coloca que os engenheiros e arquitetos sempre disponibilizam documentos desses estudos para a SAMA e que esses dados possam compor as pesquisas realizadas. Ainda coloca que trabalhar a divulgação nas redes sociais desses trabalhos, facilitaria o acesso as regiões, pois desmitificaria a ideia que eles vão entrar no local e infracionar tranquilizando as pessoas. Emilia responde que os dados coletados anteriormente estão sendo utilizados mas como grande maioria deles é físico leva um pouco a mais de tempo e coloca que com a ajuda dos sindicatos e associações agilizariam os estudos. Respondendo a outra pergunta, já estão em contato com a SECOM para viabilizar essa divulgação. Schilene toma a palavra que coloca que tempos atrás a ACIJ em parceria com o Secretaria do Estado realizou um cadastramento de uso de água, a cidade de Joinville foi a que mais teve adesão da população, devido que foi feito um preparativo para que as pessoas recebam os agentes e realizem os cadastros. A Conselheira se coloca a disposição para uma eventual reunião onde será discutido um plano de ação para efetuar as abordagens. Felipe Hardt comunica que a a SECOM já foi informada, estão também estudando a possibilidade de utilizar o rádio para poder mobilizar os moradores da área rural e o uso do espaço dentro dos Conselhos pois como os Conselheiros representam entidades da sociedade civil, podem contribuir com a divulgação através de sua entidade. Antes de iniciar o item 5, o Presidente do COMDEMA informa que estão ultrapassando o horário limite estipulado em regimento interno, sugere que o próximo item da pauta seja incluído na próxima reunião plenária, todos os Conselheiros concordam, sendo assim o Presidente do Comdema agradeceu a presença de todos os Conselheiros, declarando encerrada a reunião ordinária às doze horas, sendo extraída esta Ata, a qual foi lavrada e assinada por Thallan Rocha, o Secretário Executivo Anton

Giese Anacleto, da Unidade de Apoio aos Conselhos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e assinada pelo Presidente do Comdema, Caio Pires do Amaral, após aprovação dos demais Conselheiros.

Caio Pires do Amaral
Presidente do Comdema

Thallan Rocha
SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

Anton Giese Anacleto
Secretário Executivo
SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Caio Pires do Amaral, Secretário (a)**, em 04/10/2019, às 17:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **4538052** e o código CRC **F479190C**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

18.0.153233-5

4538052v75

4538052v75